

UM NOVO PARADIGMA PARA TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO RELIGIOSO E DO PRECONCEITO RELIGIOSO COM A UMBANDA

Vicenzo Gostinski Bieseki¹
Jeferson Luiz Santin²
Anibal Lopes Guedes³

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo tratar sobre o ensino das religiões em concomitância com a superação da visão das tecnologias digitais como responsáveis por proporcionar ferramentas de enriquecimento do processo de construção do conhecimento. Partindo da Umbanda como exemplo, procura-se demonstrar como a harmonização da relação entre tecnologias digitais e o ensino é possível sem ocorrer a subordinação de uma em promoção da outra, mas sim com uma homogeneização. A metodologia é de cunho exploratório e bibliográfico, com foco no histórico apresentado por Almeida (2011), Costa (2013), Moreira (2019;2020) e Schlemmer (2019;2020). Nesse viés, procura-se primeiramente, apresentar o problema do preconceito religioso com a Umbanda, com a exibição de um panorama histórico de desenvolvimento do racismo religioso. A partir daí, são descritas a história e as práticas diárias da Umbanda. Em um terceiro momento, ocorre a exibição de algumas possibilidades de modelos e modalidades de ensino, que unam as tecnologias digitais e seu uso à educação. Como resultados do processo notou-se como a transformação da Educação para uma melhor apropriação das tecnologias é urgente. Porém, existem diversos desafios a serem transpostos, incluindo a desatualização da formação de professores e dos currículos escolares, os estigmas construídos a partir de relações descuidadas, experimentais ou emergenciais das tecnologias digitais no processo educacional, e as exigências estruturais e materiais que essa mudança exige. Contudo, é inegável que seja possível a realização desse feito, possibilitando novas formas de compreender e ensinar sobre ensino religioso e Umbanda.

Palavras-chave: Preconceito religioso; Tecnologias Digitais; Umbanda; Ensino; Ensino Religioso.

INTRODUÇÃO

O Brasil é, legislativamente, um Estado laico desde 7 de janeiro de 1890. Por meio do decreto nº 119-A, “a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos” (BRASIL, 2002). Apesar dos percalços que sofreu ao longo dos anos, essa concepção jurídica da liberdade religiosa ainda vigora nacionalmente. Porém, essa igualdade não afeta a todos os credos igualmente. Quando se fala em religiões de matriz africana, tema gerador desse

¹ Graduando do Curso de História– Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, vicenzogostinski@gmail.com;

² Graduando do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, jefesantin@hotmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, anibalguedes@gmail.com.

artigo, elas são alvo de preconceito ao longo de toda sua história no Brasil, antes ou depois de 1890.

Ao se buscar as raízes desse preconceito, não se pode escapar da questão racial, obviamente. Em 1888, Princesa Isabel assinava a Lei Áurea, encerrando o regime escravizador que nasceu com a colonização. Porém, sem questionar a importância do momento que liberta os escravizados do último país a adotar esse sistema, a alforria foi feita às más vontades. Os recém libertos ficaram aos cuidados de sua sorte, além de serem pressionados por uma fortíssima política de branqueamento populacional, associada à uma tentativa de criação de uma identidade homogênea nacional (HOFBAUER, 2006).

Culturalmente, deviam se embranquecer das roupas à linguagem, e claro que a religião não saía despercebida. Segundo dados do IBGE, mais da metade (56,1%) da população brasileira se diz preta ou parda. Essa população acumula a maior parte dos desempregados, a maior parte das pessoas envolvidas em atos de violência como vítimas, a maior parte das pessoas que não tem acesso à educação e serviços públicos essenciais, a maior parte dos encarcerados e menores infratores, a maior parte das pessoas em situação de extrema pobreza (IBGE, 2021).

O racismo vive, infelizmente, esse parasita ataca praticamente todos os lados da sociedade, e com a religião não poderia ser de outra forma. Buscando delimitar essa problemática, escolheu-se a Umbanda como ponto de partida para explorar formas de mudar essa realidade, partindo da sala de aula e se apropriando das tecnologias digitais para isso. As origens do preconceito com essa religião perpassam o racismo, os estereótipos, a incompreensão.

Mesmo sendo legalmente reconhecida no Brasil e com seus praticantes podendo exercer sua fé livremente, sem identificação ou preconceito, pais de santo, terreiros e praticantes são constantemente atacados, vítimas de agressões de ordem verbal e física (LIONÇO, 2017).

Ou seja, na contemporaneidade, o preconceito ou racismo religioso não se sustenta somente com pilares sociais e culturais, mas políticos. Apesar de a Umbanda, objeto foco deste artigo, ser uma religião fundamentalmente brasileira e, não exclusivamente africana, ela carrega consigo, em suas tradições e formas de culto, muitos aspectos provenientes da cultura trazida ao Brasil com o regime escravista e os escravizados. O resultado disso, são diversas tentativas de embranquecimento da própria religião, muitos deles bem-sucedidos, como a transfiguração das figuras dos *orixás*, para com as figuras provenientes do catolicismo.

Vê-se na educação uma forma de superar esse obstáculo que se impõe. O grande educador brasileiro, Paulo Freire em uma de suas mais famosas e usadas frases que “Se a

educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Em sua obra “Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.”, ele desenvolve essa ideia de forma brilhante, mostrando como essa possibilidade de mudar, proposta pela educação crítica é o que motiva sonhos. Mudar é difícil, mas é possível, e a sala de aula é o espaço fundamental para exercer esse primeiro passo em direção a um mundo de maior igualdade (FREIRE, 2000).

Ao considerar essa tarefa esperançosa de mudar uma cultura branca, racista e “racista religiosa”, viu-se no ensino tradicional, aliado a apropriação das tecnologias em sala de aula, cada vez mais presente e essencial para a formação, uma oportunidade de abordagem ao problema. Assim, a partir de uma atividade produzida na aula de Informática Básica, pelos alunos do curso de História/Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira (UFFS) – Campus Erechim, busca-se compreender formas de se apropriar meios digitais para construir conhecimento e consciência crítica sobre a discriminação racial e religiosa.

Para isto, na sequência, primeiramente é feito um panorama da Umbanda, religião de foco das produções semestrais do grupo, explorando suas origens, crenças e práticas. Posteriormente, analisar-se-á o ensino e a necessidade de uma mudança de paradigma a respeito das tecnologias em intercâmbio com esse ensino, saindo do papel de ferramenta para parceira unificada da Educação. Por fim, serão exploradas mais especificamente as formas de se abordar o ensino sobre Umbanda, e o ensino religioso como um todo, a partir do viés da apropriação das tecnologias digitais.

1. UMBANDA: HISTÓRIA E PRÁTICA

A Umbanda é uma religião sincrética, ou seja, que mistura elementos de diversas religiões, porém sendo mantida sua identidade própria. Para formar aquilo que se conhece hoje, foram absorvidos em um movimento antropófago, elementos de origem africana, kardecista, católica e indígena. Por esse motivo, não se pode considerá-la uma religião exclusivamente de matriz africana, mas sim uma religião afro-brasileira sincrética. A sua origem remete ao século XVII, com um movimento religioso chamado *Calundu* (COSTA, 2013).

O *Calundu* pode ser considerado o poço original do qual emergem as religiões afro-brasileiras sincréticas. Surgindo já no início da colonização e do regime escravizador, é no século XVIII, com o aumento da chegada de escravizados africanos, que os *calundueiros* se expandem. As rodas de batuque, organizadas nas senzalas ou casas dos adeptos, serviram como

terreno para o nascimento desse credo que integrava não só negros, mas também brancos (COSTA, 2013).

Os *Calundus*, posteriormente, vão dar origem à outras formas de expressão religiosa, como o *Candomblé*, a *Cabula Banto* e a *Macumba Carioca*, até que, já no século XX, surge a Umbanda. Em 1908, o primeiro médium de Umbanda passa a receber e incorporar o Caboclo das Sete Encruzilhadas. O jovem Zélio Fernandino de Moraes, destinado à carreira de marinheiro, foi encaminhado para a família para tratar de sua “loucura”, e do médico teve que migrar à Igreja, pois somente um demônio poderia ser capaz de um feito semelhante. Porém, nem mesmo os exorcismos foram eficazes contra esse “mal” (COSTA, 2013).

No tempo da primeira incorporação, o nome da religião foi dado como *Alabanda*, passando para *Aumbanda* em 1909, e, posteriormente, Umbanda. Existem outras fontes de informação que indicam que a história poderia ser diferente, mas para fins deste trabalho consideramos o histórico apresentado por Costa (2013).

A estruturação e expansão é mais perceptível nessas décadas aos quais muitos dedicam seu surgimento, sendo muito destacável a Tenda do Caboclo Mirim, do Rio de Janeiro, uma grande força motriz de movimentação e desenvolvimento, no sentido mais positivo possível, da religião.

A Umbanda, por possuir elementos distintos de diversas outras práticas religiosas, é considerada sincrética. Ademais, costuma-se rotulá-la como uma religião africanista no senso comum, porém ela é uma religião propriamente brasileira. Os escravizados haviam sido libertos, obviamente dos grilhões da servidão forçada e abusiva, mas não do preconceito. Há vinte anos, quando a Umbanda nasce as demais formas de credo coexistiam na sociedade. Então, o surgimento até tardio da religião descendente de Zélio Moraes, tardio se considerado o surgimento das outras religiões do tronco originário comum *Calundu*, carrega consigo uma mistura de aspectos católicos, africanos, indígenas e espíritas (COSTA, 2013).

Da cultura religiosa africana, vieram os *orixás iorubás*, *inquices bantos* e *voduns jejes*, representados agora por figuras católicas, para desviar-se de alguns elementos da *Macumba*, em um processo de embranquecimento. Também foram apropriadas a utilização de plantas medicinais, o transe, o culto aos ancestrais e a figura dos pretos velhos (COSTA, 2013).

Dos cultos indígenas se absorvem os fumos, indumentárias, plantas medicinais e até mesmo espíritos para a incorporação. Do catolicismo retira-se a imagética dos santos e instrumentos materiais. Cada um dos *orixás* possui um representante direto e equivalente, sendo distribuídos em: *Oxalá* – Jesus Cristo; *Ogum* – São Jorge; *Xangô* – São Gerônimo; *Iansã* –

Santa Bárbara; *Oxum* – Nossa Senhora Aparecida; *Oxossi* – São Sebastião; *Iemanjá* – Nossa Senhora dos navegantes.

Existem duas formas de exercer a Umbanda, pelos chamados lado esquerdo e lado direito, ou ordem e desordem, respectivamente. Na linha direita, a Umbanda, incorporam-se os *falangeiros* dos *orixás*, espíritos mais leves e responsáveis por trabalhos menos complexos. Enquanto isso, a Quimbanda, o lado esquerdo, foca sua prática nos *exus*, espíritos de energia mais densa e mais semelhantes à energia humana terrena, sendo vistos como maléficos. A primeira Umbanda trabalha com caboclos, pretos velhos e crianças, enquanto a Quimbanda realiza incorporações de *exus* e Pombagiras (LINARES; TRINDADE; COSTA, s.d.).

O espaço utilizado para o culto de Umbanda chama-se terreiro. Normalmente, ele é administrado por um "pai de santo" ou "mãe de santo", que é o líder espiritual responsável por conduzir os rituais e orientar os fiéis. Ele ou ela pode ter uma equipe de assistentes, os "filhos de santo", que ajudam nos trabalhos e na manutenção do espaço. Durante o dia, pode haver a realização de algumas atividades, como a limpeza e preparação do espaço para os rituais, o atendimento aos fiéis que buscam orientação ou ajuda espiritual, a realização de trabalhos e oferendas para os orixás ou entidades espirituais e a realização de estudos e aprendizados sobre a religião. À noite, é comum que ocorram os cultos e rituais principais, que podem envolver cantos (entonação dos pontos cantados), danças, oferendas, orações e a incorporação das entidades espirituais pelos médiuns. Esses cultos podem se estender até altas horas da madrugada, dependendo da tradição e do calendário religioso.

Os dados, obviamente desatualizados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cita que, aproximadamente 0,3% da população brasileira pratica a Umbanda, ultrapassando 400 mil pessoas. Essa parcela da população infelizmente lida diariamente com receio de exercer sua fé de maneira livre e total, visto que não faltam casos de violência verbal, psicológica, física e material contra os praticantes. Essa violência é muito sustentada em um processo histórico e cultural, e na própria ignorância, como comentado previamente.

2. TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO DO ENSINO

Com seu advento no século XX, as tecnologias digitais (TD) mudaram a forma do ser humano se relacionar com o seu mundo, seu passado e seu futuro (SCHLEMMER, MOREIRA, 2019; MOREIRA, SCHLEMMER, 2020). Do acesso à informação, até a comunicação, elas se tornaram essenciais, passando de simples ferramentas para, com o seu desenvolvimento, tornar-

se uma entidade superinteligente, que tem uma grande força sobre o social (SCHLEMMER, MOREIRA, 2019; MOREIRA, SCHLEMMER, 2020).

É exatamente por isso que se faz necessário unir ambos esses conceitos (ensino e tecnologias digitais) para além das páginas de teorias. A rede conectora, possibilitada pelas TD, engloba a escola, que se vê obrigada a “[...] conviver com as transformações que as tecnologias e mídias digitais provocam na sociedade e na cultura, e que são trazidas para dentro das escolas pelos alunos [...]” (ALMEIDA; SILVA, 2011, p. 5).

Torna-se impossível continuar a manter separado o ensino e as TD. Giddens (2008) afirma que existem dois principais processos de socialização. O primeiro ocorre na infância precoce, em que os preceitos básicos para a vida em sociedade são aprendidos, diretamente com nossos familiares. O segundo momento são os anos de pré-adolescência, adolescência e juventude, em que mudam as influências para a socialização. Essa missão recai sobre os professores, os colegas de aula, os amigos e a educação. A escola será um dos grandes espaços para o desenvolvimento desse segundo momento. Porém, como desenvolvem Almeida e Silva (2011, p. 3), as “[...] tecnologias passaram a fazer parte da cultura, tomando lugar nas práticas sociais e ressignificando as relações educativas ainda que nem sempre estejam presentes fisicamente nas organizações educativas”. Outrossim, não se pode mais conceber uma escola, uma educação, um ensino, que não aborde e ensine sobre as TD, visto que elas são trazidas para a sala de aula, pelas experiências dos estudantes e professores, e são requisitadas e utilizadas no “mundo exterior” à escola.

Segundo Moreira e Schlemmer (2020, p. 27), é necessário que:

[...] se pense em criar e desenvolver estruturas que respondam a estas mudanças e às necessidades da formação docente e de educação ao longo da vida, que realcem a realidade multifacetada, multidimensional, multidisciplinar e multicultural, assim como a articulação de saberes que se exige aos atuais professores/formadores, integrados nesta sociedade digital em rede.

Essa mudança de paradigma na apropriação tecnológica, entretanto, é muito complexa. Do currículo, até a própria estrutura escolar, são precisas adaptações, não esquecendo da emergência da capacitação e formação continuada de professores. Emerge, também, nesse contexto, a necessidade de transposição da desigualdade social, possibilitando a conectividade universalizante às TD, além dos indispensáveis investimentos na educação para a realização dessa transição (SCHLEMMER, MOREIRA 2019; MOREIRA, SCHLEMMER, 2020).

A pandemia da COVID-19 impossibilitou a continuidade do ensino presencial por um período de quase dois anos, em que, apesar de ainda muito voltado para a instrumentalização das TD e de ter sido realizado de modo emergencial e precário, o modo de ensinar e aprender

teve de ser modificado. Apesar do momento sanitário trágico, esse exercício de mudança do próprio espaço de convivência escolar para o digital, mostrou que, se bem organizada e planejada, essa pode ser uma mudança de realidade possível. “É, pois, urgente e necessário transitar deste ensino remoto de emergência, importante numa primeira fase, para a educação digital de qualidade que defendemos” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 7). É necessário que se pensem modelos para exercer esse papel. Daí surgem diversos conceitos e modelos semelhantes, e que tem tendência a serem confundidos, muito mediante à realidade que se viveu na pandemia, mas que carregam características próprias para suprir essa demanda.

A apropriação efetiva e a difusão das TD permitem novas opções de gestão, de relações entre ensino e aprendizagem, e de acesso à materiais e conteúdo. Não existem mais justificativas para que a escola se mantenha inabalada, como “um oásis” de um mundo que já foi superado. Ela precisa acompanhar a evolução de seu contexto social, pois, se não o fizer, ela não faz sentido, tanto para quem a tem como seu ambiente, quanto para quem nela trabalha. Cada vez mais cedo, com maior intensidade e frequência, crianças, adolescentes e jovens passam a se apropriar das TD, pois ela é necessária para que seja possível leitura de mundo, que culmina na própria capacidade de agir e atuar ativamente nessa sociedade. Isso tudo é sintetizado em um “sistema de produção mediatizado pelas TDIC compondo uma ecologia cognitiva [...]” (LÉVY, 1993 *apud* ALMEIDA; SILVA, 2011, p. 5).

É nesse sentido que programas, *softwares* e aplicativos passam a se enquadrar em formas importantíssimas de lidar com a formação docente e prepará-los para as modificações educacionais que são exigidas pelo cotidiano. A partir da proposta inicial, foram construídas e exploradas diversas técnicas para lidar com questões que se viam como possíveis de acontecer com frequência em sala de aula. As formas de abordar conteúdos não podem, mas devem migrar dos quadros brancos e aulas expositivas, para novas formas com quais os alunos estejam mais habituados e inseridos diariamente.

3. ENSINO DA UMBANDA E TECNOLOGIAS DIGITAIS

O fenômeno religioso é uma prática fundamentalmente humana de forma integral. Das mais antigas sociedades de caçadores coletores, aos cemitérios contemporâneos, ela é praticada ou afeta de alguma forma por todas as civilizações, sem exceção (BORIN, 2018).

Em todas as épocas sempre houve uma tendência inconsciente da humanidade em direção à Deus, isto é, o ser humano sempre tentou, embora de modo não consciente, desvelar a presença de um *Ser Superior*. Desde os pensadores pré-socráticos, muitas tentativas de

manipular a natureza para uma maior compreensão do mundo-físico e religioso provocaram sentimentos de angústias (BORIN, 2018).

Estas manifestações das religiões são extremamente diversificadas, apesar de algumas possuírem um público muito maior e um processo histórico mais favorável ao seu desenvolvimento. Um exemplo disso são as religiões praticadas pelos povos originários brasileiros antes da chegada dos colonizadores portugueses, os quais outorgaram sua fé aos nativos por meio de ferro e fogo.

Nesse sentido, ocorre um desenvolvimento histórico que culmina no preconceito religioso e na desigualdade de direito de pleno exercício da fé. Aí entra a educação, pois ela é a chave para a mudança (FREIRE, 2000). Não se pode conceber uma escola que não ensine a “identificar e respeitar as diferentes manifestações religiosas, sabendo que cada uma faz parte de um contexto histórico e cultural” (BORIN, 2018). Outrossim, faz-se essencial não deixar de lado um ensino religioso forte e democrático, que amplie e enriqueça o leque de conhecimentos do estudante sobre a variedade cultural de seu país e promova uma conduta universalmente respeitosa quanto às diferenças.

Porém, para que isso seja realmente possível e que faça sentido para o estudante, essa posição do ensino religioso deve acompanhar as mudanças educacionais anteriormente propostas. Assim, como todas as outras áreas do ensino, é preciso modificações metodológicas. Partindo da Umbanda e considerando a necessidade de uma educação para o mundo digital, foram produzidas abordagens metodológicas que possibilitem o ensino dessa religião de forma plena, compreensível e que dialogue com a realidade do estudante.

Primeiramente, para possibilitar o conhecimento sobre a Umbanda, foi produzido um Metaverso. Metaverso, segundo Schlemmer e Backes (2008, p. 4), é “[...] uma tecnologia que se constitui no ciberespaço e se ‘materializa’ por meio da criação de Mundos Digitais Virtuais em 3D – MDV3D, no qual diferentes espaços para o viver e conviver são representados em 3D”. Esses mundos virtuais podem ser pensados para materializar situações diversas e essa grande diversidade de possibilidades cria um campo fértil para a produção de materiais para a Educação.

Neste sentido, um material para uma aula sobre religião pode passar de uma exposição para uma prática que promova uma interlocução muito maior com o aluno. Como recurso para explicar, em uma aula hipotética, as características da Umbanda, produziu-se um desses mundos virtuais. Intitulado “Conhecendo a Umbanda”⁴, o objetivo principal desse material é

⁴ Link da experiência feita no aplicativo *Metaverse Studio* <https://mtvrs.io/LegitimateMemorableSpringtail>

possibilitar o conhecimento sobre a religião, porém de forma muito mais autônoma. Cada estudante pode acessá-lo utilizando um *smartphone* e navegar conforme o seu desejo. A experiência começa com uma tela introdutória que descreve o procedimento necessário para dar início às informações. Posteriormente, é apresentado um panorama geral da Umbanda e, após isso, o estudante tem acesso à cada um dos *orixás* cultuados, com imagens e descrições. Após explorar conforme a intenção, o estudante pode assistir um curto vídeo, que é o último ponto de parada a ser visitado.

A partir disso, criou-se uma história ficcional, por meio de uma *fanfic*⁵, que relacionasse o tema da Umbanda com o preconceito religioso. Para isto, produziu-se uma realidade alternativa, com diversos elementos presentes na contemporaneidade brasileira, para criar uma sociedade que perseguisse veementemente os praticantes de Umbanda.

Nesta narrativa relativamente curta, baseada na obra “1984”, de George Orwell (1949), acompanhamos a história, o cotidiano e os acontecimentos da família Silva, praticantes de Umbanda submetidos à um Estado que a proíbe.

Nessa sociedade, governa um partido político que impõe sua ideologia à força e com muita insistência, estando presente na televisão, no rádio, nas paredes, nas empresas. A influência dessa ideologia abrange todos os setores da dinâmica social, tocando os assuntos mais banais, como o horário de início e fim do dia para todos, bem como pontos mais importantes, como a religiosidade. Em nenhum momento a religião oficial do Estado é nomeada, porém o ponto chave é a criminalização de outras práticas, que já indica sua não laicidade. Os Silvas, entretanto, são praticantes de Umbanda, tendo de manter sua fé de forma extremamente sigilosa.

O Sr. Silva, é empregado em uma empresa de jornais, responsável especificamente pela revisão final dos periódicos. Seu papel é evitar que qualquer informação prejudicial ao partido seja publicada. Já a Sra. Silva, é professora de uma escola de educação básica, onde é forçada a, desde cedo, implementar a forma de pensar que o governo deseja. O filho do casal é estudante dessa escola, porém não sabe que seus familiares praticam atos ilegais.

A capa⁶ principal da história, busca representar a sociedade em que os Silvas viviam. Primeiramente, a grande mão e a caveira representam a opressão e o controle que o Partido possui. O olho brilhante é a constante vigilância ao qual os habitantes desse país fictício são

⁵ Essa alternativa promove, também uma maior interdisciplinaridade, fazendo o discente recorrer a outros repertórios para a produção de conhecimentos.

⁶ Link da *fanfic* produzida no aplicativo *Spirit Fanfics* <https://www.spiritfanfiction.com/historia/o-silencio-de-2022-24440658>

submetidos. Além disso, ergue-se uma nuvem de poluição, remetendo ao descaso público com o bem-estar dos cidadãos na *fanfic*. O nome “*The Silence of 2022*” é relativo à impossibilidade de expressão individual e necessidade de resguardo de qualquer prática que ia contra os ideais do Estado.

O primeiro capítulo da *fanfic* descreve o contexto familiar dos Silvas, que é extremamente precário. A imagem mostra um quarto em ruínas, porém, ao fundo é notável uma pintura de praticantes de Umbanda. Essa capa serve para mostrar a melancolia da vida em muitos aspectos para o povo que vive nesse país. Todavia, a beleza da pintura reflete a importância que a prática da Umbanda tem na vida dos Silvas, sendo uma das únicas coisas belas que possuem.

Já o segundo capítulo, foge um pouco do contexto familiar para representar a infraestrutura social. Explica-se sobre o trabalho, as ruas, e o dia a dia básico da família. Na capa, há um homem caminhando na chuva e, abaixo, a rua em que transita, coberta de lixo e sujeira, em mais uma alusão ao descaso do governo com os serviços públicos essenciais.

O terceiro capítulo é aquele em que a rotina de trabalho é descrita, tentando explicitar o total controle do Estado sobre qualquer esfera, pública ou privada. Além disso, é nesse momento que o Sr. Silva pratica Umbanda pela primeira vez, durante a história.

O último capítulo mostra em sua capa a família protagonista jantando, e, posteriormente, a mesa vazia com as cadeiras espalhadas ao chão, em alusão ao desenvolvimento e acontecimentos finais da *fanfic*.

Apesar de simples, atividades como o “mundo” virtual e a produção de uma *fanfic* carregam uma intensa complexidade e uma enorme contribuição para a formação. No caso da temática colocada em pauta, a discriminação da Umbanda na contemporaneidade, esses exercícios servem tanto para informar sobre a religião em si, quanto para condenar atos de preconceito baseados na ignorância e em um racismo estrutural que condena expressões culturais relacionadas à descendência cultural-étnica africana.

Além disso, não se abandona a qualidade máxima do ensino, que é construir conhecimento de forma que professor e aluno estejam incluídos igualmente como agentes, e não passivos, em qualquer dos lados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Umbanda é uma religião brasileira extremamente complexa e rica. Fruto de um processo de embranquecimento para tentar fugir do racismo, ela é praticada por boa parte da

população brasileira. Porém, por conta do preconceito com religiosidades que transcendam o cristianismo, ela sofre com constantes ataques de violência física, moral e patrimonial. Muito disso se deve à sua descendência africana, ou seja, uma ideologia racista que tenta realizar um epistemicídio às crenças, culturas e demais expressões que tenham uma origem total ou parcialmente africana.

Neste sentido, é fundamental que a Educação tenha papel ativo na prevenção e no combate à discursos e ações de ódio. O ensino religioso forte, mas muito longe da doutrinação cristã católica, é peça chave para promover essa mudança na realidade social, possibilitando igualdade universal de direitos do exercício religioso.

Contudo, a própria educação precisa de mudanças. Em um mundo cada vez mais “tecnologizado”, Educação e TD não podem ser subalternas uma da outra. É necessário que a Educação faça “mais sentido” para o aluno inserido no meio digital. Dessa forma, abrem-se cada vez mais portas para novas abordagens de problemas antigos e novos.

Este desafio de solucionar ao mesmo tempo um problema que se desenvolve na contemporaneidade (melhor relação entre TD e ensino), e um que já existe há séculos (preconceito religioso e racismo), certamente depende da transposição de obstáculos primordiais, como a consequente exigência de modificação do sistema de formação de professores, do financiamento da Educação, da ideia de um “currículo fixo” e das mudanças paradigmáticas da própria Educação.

Portanto, o que se propõe é o desenvolvimento e planejamento de um modelo que não seja um “tapa buraco”, mas uma alternativa real para responder a uma demanda do próprio desenvolvimento tecnológico, em prol de proporcionar novas abordagens aos processos de ensino e de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B.; SILVA, M. G. M. Currículo, tecnologia e cultura digital: Espaços e tempos de Web Currículo. **Revista e-curriculum**, São Paulo, SP, v.7, n.1, Abr./2011.

BRASIL. Decreto nº 4.496, de 4 de dezembro de 2002. **Exclui o Decreto no 119-A, de 7 de janeiro de 1890, do Anexo IV do Decreto no 11, de 18 de janeiro de 1991.** 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4496.htm#art4. Acesso em: 25 abr. 2023.

BORIN, L. C. **História do ensino religioso no Brasil.** Santa Maria, RS: UFSM/NTE, 2018.

COSTA, H. S. C. **Umbanda, uma religião sincrética e brasileira.** Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em

Ciências da Religião, Goiânia, GO, 2013. Disponível em:

<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/758/1/HULDA%20SILVA%20CEDRO%20DA%20COSTA.pdf> . Acesso em: 03 mai. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso 09 Jun. 2023.

LINARES, R.; TRINDADE, D.; COSTA, W. **Iniciação à Umbanda**. São Paulo, SP: Madras, 28 p.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. 2020. Revista UFG, 2020, 63438. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438> . Acesso em: 08 mai. 2023.

LIONÇO, T. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. spe, p. 208-223, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500208&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 25 abr. 2023.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L. Metaversos: novos espaços para construção do conhecimento. **Rev. Diálogo Educ**, 2008, v. 8, n. 24, p.519-532. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2008000200015&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 07 Jun. 2023.

SCHLEMMER, E., MOREIRA, J. A. Ampliando Conceitos para o Paradigma de Educação Digital OnLIFE. 2019. **Interacções**. n.55, p. 103-122. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21039> . Acesso em: 12 mai. 2023.